

REEDUCAÇÃO:

Uma realidade

A parte da visita presidencial a Cabo Delgado que abrangeu a área da reeducação, começou no dia 27. Foram visitados os campos de Chaimite e Ruarua.

Aprofundando o trabalho já realizado em Niassa, as visitas permitiram levantar problemas que iam para além da política de clemência e da reintegração do reeducando na sociedade.

O conteúdo das visitas penetrou na problemática dos campos de reeducação (quem vai para os campos) e no seu próprio funcionamento.



Para quem seguiu atentamente os acontecimentos mais importantes do processo revolucionário no País, já desde 1979 poderia ver que, na Ofensiva Política e Organizacional, havia toda uma preocupação com o funcionamento de sectores, sempre delicados, como os ligados às forças policiais.

Responsáveis efectuaram visitas e trabalharam no sentido de sanear

complexa

uma situação geradora de uma certa intranquilidade na população. Para quem anda de carro, por exemplo, não pode negar que a Polícia de Trânsito modificou radicalmente o seu comportamento para com os condutores sem que isso tivesse significado um afrouxamento no esforço para disciplinar condutores e peões.

Mais recentemente realizou-se uma reunião alargada do Conselho de Ministros sobre a legalidade e o Vice-Ministro do Interior realizou todo um trabalho nos bairros da capital tendente a denunciar e combater comportamentos incorrectos de elementos das forças policiais e a estabelecer métodos correctos no funcionamento do aparelho policial e judicial.



Infelizmente (ou por falta de percepção?) os órgãos de informação limitaram-se à publicação de notícias dispersas aqui e ali e a população teve pouca possibilidade de compreender que algo de novo se estava a passar.

Tais factos justificam parcialmente o aspecto sensacional que teve a recente viagem presidencial a Cabo Delgado nomeadamente na área da reeducação.

De qualquer dos modos, a intervenção presidencial permitiu aprofundar e clarificar o que se estava a passar, e dar um salto qualitativo no conteúdo do que se poderia chamar a extensão da Ofensiva Política e Organizacional aos Campos de Reeducação.

Sector que não está à margem da nossa sociedade mas que dela é parte integrante a reeducação enferma dos mesmos problemas fundamentais já verificados para outras áreas de actividade. Com a clara agravante de ser um sector delicado, que joga com a própria segurança pública e com a tranquilidade da população necessária

ao seu engajamento nas tarefas de liquidar o subdesenvolvimento.

A visita presidencial a Cabo Delgado permitiu, nesta área levantar dois aspectos distintos:

QUEM DEVE IR PARA A REEDUCAÇÃO?

O primeiro, que nos parece ser a base do problema, já tinha sido abordado quando em Niassa, o Chefe de Estado perguntou na reunião com o Governo Provincial: Quem deve ir para os campos de reeducação?

Os campos visitados evidenciaram claramente a falta de critérios a este respeito. Foram para os campos de reeducação pessoas que não deviam para lá ter ido.

Será necessário esclarecer que, do ponto de vista numérico se trata, de um número bastante reduzido em comparação aos outros que lá estavam?

Mas, poucos ou não, estavam lá o que significa que não houve rigor na actuação, num sector que, sendo delicado, deveria ter em conta que a falha de um pode encobrir uma correcta actuação de dez.

Parece-nos, contudo, simplista, ficarmos na simples constatação deste facto, que, pela razões já indicadas, assume formas sensacionais e delicia quem está à espera da falha específica para pôr em causa um processo geral que a ultrapassa.

Dizemos simplista porque estes fenómenos fazem parte de uma crise de crescimento normal de um País que se assume revolucionário, numa fase em que o próprio povo desacredita completamente



(e muito justamente) as estruturas judiciais caducas que o colonialismo aqui deixou.

Nos primeiros anos havia, historicamente, um terreno favorável para que o secretário de um Grupo Dinamizador de bairro tivesse condições suficientes para enviar uma pessoa para um campo de reeducação.

Essa era a realidade objectiva. Quem acreditava nos tribunais, que nos foram legados, quem acreditava naquela justiça? Onde se tratavam os problemas que normalmente são tratados pelos tribunais? Não era no Grupo Dinamizador que se discutiam e resolviam problemas de divórcios, de roubos, de marginalidade?

Também a própria polícia estava a começar do zero. Era necessário estabelecer uma ruptura completa com os métodos coloniais e a experiência de gestão policial era praticamente nula. A Frelimo não tinha polícia durante a luta armada.

Neste contexto, houve actuações oportunistas, abusos de poder, vinganças pessoais, autoritarismo camuflado com as palavras de ordem revolucionárias, muito embora tivessem existido inúmeros apelos para a vigilância popular. Havia também a própria actuação inimiga cujo método para desacreditar a FRELIMO era o de tentar mostrar que esta dava cobertura a todas estas actuações.



Havia que fazer uma opção: Ou construir cadeias ou caminhar no sentido de transformação do homem. Os campos de reeducação (foto) são a resposta a esta problemática

Era também no quadro desta situação que era necessário fazer uma opção: a marginalidade aumentava, a tranquilidade pública era pequena, os roubos cresciam. Que fazer? Construir mais cadeias para lá meter gente de qualquer maneira? A política de reeducação vinha já da luta armada e ela tinha aí dado os seus frutos. Era a política justa de acordo com o princípio (bem caro a esta revolução) de que o homem se transforma e que, mais do que castigar o criminoso é necessário acabar com as causas da criminalidade.

E sejamos claros: Nem todas as revoluções optaram por este caminho quando triunfaram. Fazer esta opção foi, só por si, não só mostrar o profundo respeito que existe pela vida humana, como contribuir com mais uma alternativa real para o movimento revolucionário mundial.

Opção inconsciente? Seria talvez bom recordar discursos feitos na altura em que responsáveis previram que se iria ter inúmeras dificuldades. O problema dos quadros já se começava a pôr claramente para todo o País e a polícia não constituía uma excepção.

Sejamos claros: Esta realidade tem de ser observada para que possamos compreender o que tem vindo a ser constatado nos campos de reeducação. Para se poder compreender o fenómeno. O que não quer dizer procurar justificações para os erros cometidos. O que não quer dizer que ela justifique as várias actuações oportunistas, a confusão de critérios; os abusos de poder, a própria ignorância que, muitas vezes, provocou danos.

O que não quer dizer que não seja necessário estabelecer a di-



O Presidente Samora Machel conversa com um homem que foi enviado pela PIDE para a FRELIMO, com a missão de assassinar o dirigente da revolução

ferença entre os erros cometidos e a própria actuação inimiga no sector.

Que se analisem, pois as responsabilidades, que se tomem medidas e isso é também o que propõe a visita presidencial. Não é por acaso que o Chefe de Estado indicou que se deveriam indemnizar as pessoas injustamente castigadas.

Estes são os casos de pura inocência que, como dissemos, não são maioritários.

Mas a realidade observada ultrapassa esta questão e leva-nos ao segundo problema.

COMO FUNCIONA A REEDUCAÇÃO?

A maioria dos casos, tanto os encontrados em Chaimite como em Ruarua, são casos de crimes punidos por lei. Portanto, aí já não se



O homem que se vê na foto pertencia ao grupo que assassinou Paulo Samuel Kan Khomba tendo depois dançado em cima do seu cadáver. Estar num campo de reeducação, independente de tudo o resto é, por si, uma clemência

põe em causa a punição a não ser que tomemos a absurda posição de considerar que não devem existir leis para regulamentar os crimes de delito comum e as acções contra-revolucionárias.

Há que distinguir contudo, os diferentes tipos de casos. Em Chaimite e Ruarua foram encontrados casos de indivíduos em que o simples facto de terem ido para a reeducação já pode ser considerado como fazendo parte da política de clemência. O que se faria normalmente numa revolução, que,

quando vitoriosa, encontrasse o homem que assassinou à traição um comandante guerrilheiro para depois dançar em cima do seu cadáver?

Como este, houve outros casos. Que faria uma revolução que encontrasse o homem que foi para a Frelimo com a missão específica de assassinar o seu dirigente, com a promessa de receber com isso uma bagatela?

Daí que o primeiro problema a ser colocado seja o de os campos misturarem indivíduos com grau de criminalidade tão diferentes.

Existem crimes punidos pelos códigos de disciplina militar, existem os casos de crimes abrangidos pelos regulamentos internos das forças paramilitares e existem os crimes abrangidos pelo código penal civil. O problema não é pois o castigo penal. A maioria dos casos encontrados em Chaimite e Ruarua, são crimes abrangidos por esses códigos.

O problema reside no facto de serem crimes distintos pelo que devem ter um tratamento distinto. Mas o que aconteceu foi que todos, civis, militares e paramilitares foram «colocados no mesmo saco». É um facto que até agora não se praticou uma política de reeducação que implicasse um tratamento específico para cada tipo de crime, mas tal política também não era, nem será, possível com tal mistura de gente.

Depois, internamente, dentro de cada sector, existe o grau, o tipo de crime, as suas consequências



Sobre este homem foi exercida uma injustiça. Esta actuação foi severamente criticada pelo Presidente Samora Machel que imediatamente libertou aquele elemento

Estes homens foram infiltrados pela PIDE, fizeram o treino militar fugiram e acabaram por regressar às fileiras do inimigo. A reeducação, ao colocá-los num campo acreditou que a sua transformação era possível. Noutros locais teriam provavelmente sido tomadas outras medidas





Um dos graves problemas detectados foi de se terem misturado no mesmo campo, PIDES e assassinos com combatentes que levaram a luta de libertação até ao final

e as suas atenuantes. Mais uma vez se juntaram «combatentes consequentes que cometeram pequenos desvios e traidores à Luta de Libertação Nacional que se entregaram ao inimigo».

Em Ruarua, um combatente de longa data recordou com o Presidente Samora Machel vários episódios da luta armada e quando o Chefe de Estado lhe perguntou porque estava ali, ele respondeu que se tratava de um pequeno delito. Momentos depois, o diálogo era com um PIDE infiltrado que tinha conduzido a tropa às bases guerrilheiras para que esta massacrasses os combatentes.

Uns desviaram-se sem abandonar a opção política fundamental que tinham feito nas matas da guerrilha. Outros foram assassinos (directos ou cúmplices) daqueles que tinham sido seus companheiros de armas. Não é possível encontrar semelhança em tais casos, mas ambos viviam no mesmo campo de reeducação.

Se, para o caso dos traidores o que estava em causa era, apesar de tudo, uma política de clemência (o crime de alta traição é como se sabe, punido com a pena má-

xima) e a transformação radical das suas mentalidades, para os outros, permanecerem num campo de reeducação era uma injustiça. Não que os seus crimes não devesses ser objecto de castigo pois qualquer código militar castiga, saídas ilegais, agressões físicas entre militares e destes à população. Mas são crimes que, na maioria dos casos, eram da competência do próprio aparelho militar que tem penas diferentes para os diversos tipos de casos, normalmente aplicados localmente.

Essa situação era agravada com uma outra questão relacionada com o funcionamento dos campos de reeducação: A questão do tempo de reeducação.

Houve quem tivesse sido castigado por 90 dias e tivesse ficado anos no campo de reeducação. Outros, provavelmente não teriam com estes anos que ali ficaram cumprido sequer metade da pena que um tribunal lhes poderia aplicar pelo crime que cometeram.

Este foi um dos problemas levantados quando o Presidente Samora Machel referia a necessidade de a reeducação não ser um fim em si mas sim um meio para

transformar o homem. Como transformá-lo sem existir o barómetro do seu comportamento, sem que o reeducando saiba porque está e porque tem tantos anos a cumprir?

Na realidade o que está em causa é o próprio funcionamento do campo e a atitude dos seus responsáveis. Existem directivas claras sobre o que fazer num campo de reeducação, sobre como actuar em relação aos reeducandos. Mas o que se viu, particularmente em Ruarua, mostra que nada dessas directivas foram assumidas e que os reeducandos foram entregues à sua sorte. Incompetência, negligência, desleixo, corrupção, desvio ou sabotagem? Muitas vezes a ignorância leva a que se cometam crimes mas é preciso que as pessoas aprendam a assumir a responsabilidade das tarefas que lhes competem.

Em Ruarua, situado em zona fértil, o campo de reeducação é desolador e nem havia sequer um local abrigado para se fazer a reunião. Criou-se um ambiente que, em vez de proporcionar ao reeducando a possibilidade de se transformar o leva a assumir uma ambiência de parasitismo.

PRENDERAM-SE MONUMENTOS VIVOS

Toda esta problemática era agravada por um aspecto particular verificado tanto em Chaimite como em Ruarua. A questão dos combatentes que lutaram até à vitória e que depois se deixaram corromper pelas «balas de açúcar» com que o inimigo actuou logo após a Independência.

Estes casos não eram graves apenas por sobre eles terem recaiído todos os problemas atrás apontados.

É que enviar combatentes conseqüentes para um campo de reeducação foi como ter-se praticado um crime contra a história, um crime contra aqueles que fizeram da própria reeducação uma conquista revolucionária.

Com essa atitude se apagou, com a maior das facilidades, da memória do povo, a fome, a chuva, a sede, os sacrifícios e a coragem que durante dez anos demonstraram a grandeza e a personalidade de um povo que lutou para ele próprio construir o seu destino.

DISPARAR PORQUÊ, PARA QUÊ E CONTRA QUEM?

A virtude de um revolucionário não está em disparar melhor ou pior mas essencialmente em saber porque dispara e contra quem.

Armas, têm-nas a revolução como as têm a contra-revolução.

E quando falamos de armas, falamos também de armas políticas usadas para fins específicos.

A Revolução criou os seus próprios meios de combate e a burguesia interna criou também os seus. Em seis anos de Independência, a burguesia nacional aprendeu também a virar contra a revolução as armas que esta criou para a construir.

Vimo-lo em todos estes anos, vimos no modo como foi interpretada a Ofensiva Política e Organizacional.

E essa acção da burguesia nacional assumiu sempre duas atitudes fundamentais, duas faces de uma mesma moeda cujo modo de uso varia conforme as circunstâncias. Na Ofensiva, uns gritaram o seu apoio, mas na realidade quotidiana do seu trabalho tuco conti-

nuou a correr como se nada se passasse. Outros, passaram a ver o que acontecia desligado do seu contexto histórico. Então, tudo passava a ser possível objecto de uma Ofensiva mesmo quando havia um esforço notório para que as coisas melhorassem. Ou então (outra face da mesma moeda) a Ofensiva passou a ser da responsabilidade de um só homem.

Uma actuação óptica para quem quer negar a existência da luta de classes para a transformar numa luta de pessoas, para quem não quer, ele próprio compreender o seu papel dentro dessa luta de classes.

Vem tudo isto a propósito de inúmeras opiniões que temos ouvido a respeito do que se passou nos campos de reeducação em Cabo Delgado. «O Presidente está a acabar com a reeducação, porque finalmente viu como aquilo estava». Os casos de pessoas inocentes são os únicos falados como se os campos de reeducação estivessem apenas com esse tipo de pessoas. Os reeducandos são uns «coitados» a quem foi agora dada uma oportunidade pois era desumano o que se passava. E, paulatinamente, lá se vai retirando o conteúdo fundamental desta Ofensiva e desviando-a do seu carácter e significado essenciais.

Sejamos claros: A reeducação não acabou nem vai acabar. A reeducação é um princípio revolucionário.

O que está em causa não é o princípio, mas sim os erros que se têm cometido no processo de reeducação. E é preciso compreendermos que esses erros são o resultado da nossa própria situação histórica, de ao se ter optado pelo caminho mais humano se optou também pelo caminho mais difícil.

Assumir essa realidade não significa aceitar a continuação dos erros. Por isso se estendeu a Campanha da Ofensiva aos Campos de Reeducação. Por isso a Ofensiva vai continuar. Muito está ainda por resolver, muito há ainda a criticar e a corrigir. Por isso a Ofensiva é permanente pese embora o facto de muitas pessoas parecerem ter, na prática, se esquecido isso.

Assumir essa realidade significa pensar que as acções a serem levadas a cabo, mais do que so-



Compreender a situação real dos campos de reeducação é a única forma que permite que as acções a serem levadas a cabo sejam as acções do historicamente possível. O que não quer dizer que nada se possa mudar pois muito há a corrigir e a criticar

nhos, devem ser acções do historicamente possível. Poderemos então compreender porque os problemas agora levantados não serão resolvidos amanhã mesmo, mas sim num processo de crescimento de que a reeducação é também parte integrante. E que na solução dos seus problemas, temos também uma tarefa a desenvolver.

Sol Carvalho